

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

**O PENSAMENTO DESCOLONIAL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: UM PENSAMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA COMO SISTEMA ALTERNATIVO<sup>1</sup>**  
**DECOLONIAL THINKING AND THE RELATION WITH HUMAN RIGHTS: A THOUGHT OF SOLIDARY ECONOMY AS AN ALTERNATIVE SYSTEM**

**Tiago Protti Spinato<sup>2</sup>, Fernanda Lencina Ribeiro<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> pesquisa realizado no Mestrado em Direitos Humanos da Unijui

<sup>2</sup> Mestrando no programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da Unijui

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela UNIJUI.

**RESUMO:** Essa pesquisa aborda o conceito de direitos humanos e também do pensamento descolonial, promovendo um diálogo sobre o novo constitucionalismo latino-americano, buscando fazer um paralelo com a questão da economia solidaria. O objetivo do artigo é refletir sobre o etnocentrismo e a presença da colonização nos países emergentes buscando uma visão que transcenda o discurso eurocêntrico e demonstrando as contribuições da descolonialidade que pode ser vista na economia solidaria como uma alternativa ao modelo capitalista clássico, sendo esse um conceito bastante consolidado na américa latina. A hipótese trabalhada é a de que o pensamento descolonial tem uma grande relevância nas discussões sobre os direitos humanos e a sua verdadeira efetivação, para uma busca de um ideal, baseado nas necessidades específicas da américa-latina, que buscam em sua realidade, uma forma de economia menos agressiva e com mais preocupação com o humano. Através do método de pesquisa bibliográfico pode-se afirmar que o colonialismo se encontra presente e a libertação desses conceitos é bastante necessária para uma libertação da américa latina e a construção de um conceito próprio dos direitos humanos, mostrando os esforços do pensamento descolonial na área pratica, usando como exemplo a economia solidaria.

**Palavras-Chave:** Pensamento Descolonial; Economia Solidaria; Direitos Humanos; Colonização.

**ABSTRACT:** This research addresses the concept of human rights and also of decolonial thinking, promoting a dialogue on the new Latin American constitutionalism, seeking to parallel the issue of solidarity economy. The objective of this article is to reflect on the ethnocentrism and the presence of colonization in the emerging countries, seeking a vision that transcends the Eurocentric discourse and demonstrating the contributions of decoloniality that can be seen in the solidarity economy as an alternative to the classic capitalist model, being this a concept consolidated in Latin America. The hypothesis worked out is that decolonial thinking has a great relevance in the discussions on human rights and its true fulfillment, for a search for an ideal, based on the specific needs of Latin America, that seek in their reality, a form of less aggressive economy and with more concern for the human. Through the method of bibliographic research it can be affirmed that colonialism is present and the liberation of these concepts is very necessary

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

for a liberation of Latin America and the construction of a proper concept of human rights, showing the efforts of the decolonial thought in the practical area , using as an example the solidarity economy.

**Keywords:** Decolonial Thought; Solidary Economy; Human Rights; Colonization

## 1 INTRODUÇÃO

Os direitos humanos, como conceito, foi algo amplamente estudado principalmente por teóricos da modernidade, que exaustivamente apresentaram teorias e pressupostos para legitimar e desenvolver os moldes em que hoje se embasam todas as discussões sobre o tema, dando até mesmo a entender, que o assunto já tenha exaurido qualquer forma inovadora de conceito. Porém, essas premissas se baseiam quase exclusivamente no modelo eurocêntrico e não incluem necessariamente os anseios e necessidades da América-Latina, pois foram desenvolvidos os modelos, e só depois repassados para as culturas não ocidentais, excluindo a racionalidade desses povos, que receberam conceitos engessados em culturas das quais não participavam, e muito diferiam.

Por esse motivo, o pensamento descolonial, vem com o intuito de questionar esses conceitos, que de forma hegemônica, abarcam uma realidade muito diversa dos países que não estão nos eixos dos países que criaram o projeto na modernidade ocidental. Esse tipo de atitude, se relaciona com o poder, pois com a colonização, esse conhecimento foi usado como uma forma de dominar os povos originários.

Assim, é muito importante tratar sobre a situação da América-Latina, que por ter sido colonizada por uma cultura da Europa ocidental, dela herdou a maior parte de suas instituições e regras gerais, principalmente no tocando aos direitos humanos. Porém, com isso ocorrendo, podemos claramente visualizar um grande problema, pois a pluralidade cultural da América-Latina, não consegue absorver as regras colônias já impostas, causando uma série de problemas ao ser forçada a isso.

O pensamento descolonial então, apresenta ideias novas, que são em parte um grande desafio para os seus interlocutores devido ao nível de colonização ao qual fomos expostos, e ainda somos, pois é necessário criticar o cerne de toda uma cultura já estabelecida que vem organizando e tendo posse do conhecimento formal desde que foi trazido e exposto para essa parte do mundo. Essas críticas podem produzir novos horizontes na era do pós colonialismo, colocando todas as culturas que foram colonizadas, e sofreram essa relação de dominação como

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

produtoras dos seus próprios conceitos e definições, no que concerne as tradições e também a discussão dos direitos humanos.

Na América Latina, os tentáculos do colonialismo ainda estão muito integrados na organização da nossa sociedade, dominando todos os níveis sociais, econômicos e culturais, pois mesmo que os países tivessem conquistado a independência formal de seu território, a questão da colonialidade ainda sobreviveu. Por isso que com essa discussão se busca uma autonomia para a produção de conhecimentos que podem vir a transformar essas estruturas, de forma a deixar o passado colonial de lado, e com isso boa parte das violações e exclusões causadas por esse tipo de pensamento eurocêntrico.

Tratando então por essa luta anticolonial, e por uma busca de um sistema que se opõe ao capitalismo predatório clássico, podemos trabalhar com a ideia da economia solidária amplamente utilizado em vários países, em contraste com o individualismo utilitarista predominante nas relações de comércio. Constitui-se, assim, numa alternativa menos agressiva para a obtenção de renda, na qual grupos coletivos se organizam como “princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática para a obtenção de renda com finalidade de beneficiar socialmente pessoas menos favorecidas.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Pretende-se, então, propor também uma reflexão sobre o crescimento de outra economia e suas formas de cooperação, baseado na luta descolonial que apresentam em sua origem “[...] práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social.” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). Difere, portanto, “da economia de mercado, conhecida como sistema capitalista de produção, que se origina da produção simples de mercadorias, com a separação entre posse e os meios de produção e distribuição.” (SOUSA; RODRIGUES; ABRANTES, 2005, p. 4).

Com isso pode-se encontrar um importante paralelo entre o pensamento descolonial e a economia solidária pois os modelos importados dos países colonizadores, na forma da organização capitalista, são em muitas esferas, meios de exclusão das classes menos favorecidas, ocasionando assim profundas violações dos direitos humanos. Visto isso, uma nova forma de cooperação entre os seres, é um fator essencial para que a identidade latino americana possa se sobrepôr sobre as convenções estabelecidas pelos estados colonizadores.

## **1 PENSAMENTO DESCOLONIAL E OS DIREITOS HUMANOS**

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

A cultura latino-americana, da forma que é mostrada hoje abarcando uma grande complexidade, tem dentro de si, em todos os seus aspectos, uma grande influência da colonização dos países que, alguns séculos atrás chegaram a essas terras, com o intuito de estender seu território e também buscar riquezas em terras que não pertenciam a ninguém. Ocorre, que esses territórios já eram habitados a muito pela população nativa, que desenvolveu o seu próprio estilo de viver em sociedade, estabelecendo as suas diretrizes e cultura, não sendo então um local que pudesse ser tomado arbitrariamente, por um povo que dispunha de maior força, tendo acontecido exatamente isso, em todos os territórios colonizados pelas nações europeias aqui na nossa realidade sul americana.

Assim, a colonização esteve presente nas fundações estruturais da nossa sociedade contemporânea, trazendo muitas ideias que foram testadas nas nações colonizadoras, para uma realidade sul americana, fazendo com que certos modelos, já engessados, fossem impostos para toda uma sociedade, subvertendo a sua organização originária. Com isso, essas influências colonizadoras muitas vezes não são nem facilmente visualizadas pois já estão completamente integradas com o pensar das novas gerações que não questionam essas questões já naturalizadas dentro da organização social.

Então, dessa perspectiva, surge o pensamento descolonial, baseado em uma busca até as origens e também, das construções próprias da cultura latino-americana, que não vem baseada nos modelos prontos que recebemos na nossa colonização, mas sim da evolução histórica dos próprios cidadãos que ao estabelecerem as suas relações, também criaram uma cultura única e específica dos seus territórios. O pensamento descolonial vem então como uma tentativa de quebrar os paradigmas tão fortemente estabelecidos com ideias de que a cultura e peculiaridades dessas nações colonizadas, tem de se colocar na frente da cultura importada que veio como forma de domesticação e dominação por um estado arbitrário.

Como aponta o autor Walter Mignolo(2008):

El pensamiento des-colonial emergió en la fundación misma de la modernidad/colonialidad, como su contrapartida. Y eso ocurrió en las Américas, en el pensamiento indígena y en el pensamiento afrocaribeño. Continuó luego en Asia y África, no relacionados con el pensamiento des-colonial en las Américas, pero sí como contrapartida a la re-organización de la modernidad colonial con el imperio británico y el colonialismo francés. Un tercer momento de reformulaciones ocurrieron en las intersecciones de los movimientos de descolonización en Asia y África, concurrentes con la guerra fría y el liderazgo ascendente de Estados Unidos. Desde el fin de la guerra fría entre Estados Unidos y la Unión Soviética, el pensamiento des-colonial comienza a trazar su propia genealogía.

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

Esse pensamento surge já nos primórdios da modernidade, porém de forma bastante periférica e se inspira nos movimentos sociais de resistência que foram gerados pela perspectiva colonial, sendo esses movimentos muitas vezes renegados pelo discurso hegemônico moderno, provocando um enfraquecimento dos mesmos. O discurso descolonial muitas vezes, justamente por essa perspectiva é encarado de forma bastante depreciativa, com as intenções de torna-lo efetivo sendo vistas e tratadas como atitudes de grupos marginalizados.

Desde a época que a Europa afirmou a sua dominação cultural sobre as culturas da América Latina, o conhecimento produzido tem partido de forma majoritária desse tipo de pensamento, que ao se mostrar superior, descarta as formas de conhecimento produzida fora desse padrão. Porém, isso, ao invés de resultar em uma produção de um conhecimento universal e insuperável, produziu uma linha que dividiu dois mundos do conhecimento, onde um deles é desenvolvido e detentor da verdade como o conhecimento científico formal, e o outro subdesenvolvido e primitivo sendo ele o conhecimento populares.

O pensamento latino americano como cultura é completamente irrelevante para os filósofos da modernidade eurocêntrica, o mesmo ocorrendo com outros lugares como a Ásia e a África, pois ao tratar especificamente sobre o mundo contemporâneo e o início da era moderna, trata-se bastante da invenção das Américas, como uma extensão do próprio pensamento Europeu, e não como algo que possa vir a constituir a cultura. Esse pensamento vem para muitas vezes, obscurecer a violência da conquista desses povos, que foi pelos meios da escravidão e genocídio, com tamanha violação dos seus direitos, que os mesmos são tratados como culpados pela sua própria dominação, devido ao fato de apresentarem níveis de progresso diferentes de seus colonizadores.

Visto isso, não se pode falar em uma modernidade como fenômeno exclusivo dos estados europeus e como eles a conceituam, mas sim de um sistema integrativo de todas as culturas que fazem parte do panorama global, fator esse apresentado justamente pelo pensamento descolonial.

Nesse sentido que se cria a ideia de eurocentrismo, ao apresentar a dominação do pensamento europeu com a representação hegemônica de seus conceitos tornando os mesmos universais, como forma de tratar as ideias referentes aos direitos humanos e o desenvolvimento da modernidade.

Porém a expectativa de dissolução do pensamento de dominação e colonização passa por uma longa discussão, pois não podemos apenas negar todas as suas categorias e tomar os caminhos para uma perspectiva descolonial, assim como afirma Anibal Quijano:

La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa, en consecuencia, es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial. (Quijano, 1992, p. 437)

O pensamento descolonial também encontra bastante respaldo na questão do novo constitucionalismo latino americano, que surge como uma ruptura com a modernidade e com as teorias de direito moderno que para manter seu poder tende a uniformizar o comportamento dos seus cidadãos, e ao fazer isso renega completamente a diversidade dos povos. Com o advento do novo constitucionalismo latino americano, se abarca o reconhecimento das diferenças, com um comportamento não hegemônico e padronizante, tornando a pluralidade um fator central das constituições influenciadas por esse tipo de pensamento.

As matrizes do constitucionalismo europeu, tornam a visão constitucional bastante fechada em diretrizes que não se encaixam de forma plena a realidade latino americana, então o novo constitucionalismo foge dessa ideia, atendendo a reivindicações de classes que historicamente foram excluídas do processo político dessa nações. Ele surge basicamente para atender as necessidades de uma população plural, alterando a ordem constitucional pela realidade atual da américa latina, conforme fala DALMAU (2008, p/ 17-27):

La evolución constitucional responde al problema de la necesidad. Los grandes cambios constitucionales se relacionan directamente con las necesidades de la sociedad, con sus circunstancias culturales; y con el grado de percepción que estas sociedades posean sobre las posibilidades del cambio de sus condiciones de vida que, en general, en América Latina no cumplen con las expectativas esperadas en los tiempos que transcurren. Algunas sociedades latino americanas, al calor de procesos sociales de reivindicación y protesta que han tenido lugar en tiempos recientes, han sentido con fuerza esa necesidad que se ha traducido en lo que podría conocerse como una nueva independencia, doscientos años después de la política. Independencia que esta vez no alcanza sólo a las élites de cada país, sino que sus sujetos son, principalmente, los pueblos.

Esse novo constitucionalismo é bastante caracterizado pelo rompimento com o sistema

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

constitucional anterior, e com uma fundamentação baseada nos princípios e não especificamente em regras, com uma capacidade inovadora que busca a pluralidade e a integração nacional frente a novos pressupostos que atendem a população de forma a ver as suas reais necessidades. Outro fator importante, é que nesse novo constitucionalismo se apresenta um forte compromisso de integração entre os países da América Latina, e não apenas nos setores econômicos, mas sim em todos os âmbitos como forma de criar uma rede de auxílio.

Pode-se notar então, que importantes mudanças de paradigma envolvem essa questão, pois ao se falar sobre a existência de um novo movimento constitucional que advém da América Latina, se coloca em discussão todo o pensamento colonizador e eurocêntrico que influencia as sociedades colonizadas na criação de suas políticas e instituições legais. Baseado nisso esse movimento encontra respaldo nas lutas por direitos renegados a uma população excluída, que encontra voz em uma constituição baseada em suas verdadeiras necessidades, e não em algo importado de um discurso dominador que nada tem a acrescentar em uma realidade latino americana.

## **2 ECONOMIA SOLIDARIA COMO ALTERNATIVA**

O autor Jean Louis Laville (2009) ressalta que em diversos contextos nacionais e internacionais surgem movimentos voltados à outra espécie de economia para fazer frente à “aceleração dos movimentos do capital, que se desprendem de sua natureza social e de seus compromissos com a coletividade [...]”. Ocorre, assim, o surgimento da Economia Solidária, uma nova e marcante presença, causando grandes transformações na sociedade em geral e nas atividades de geração de renda, e também um grande impacto no mercado tradicional, que advém de um pensamento colonizador.

Um traço marcante, segundo o autor, é o surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de relações e de atividades transnacionais criadas por atores coletivos – movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil – que são independentes dos governos e das empresas privadas e que operam fora do alcance dos Estados e dos mercados. Com isso demonstrando uma independência, e um desligamento das ligações tradicionais de comércio, criando assim uma rede mais atenta as reais necessidades dos consumidores, que no sistema tradicional, fazia parte de uma máquina que se alimentava dos próprios cidadãos com seu comportamento predatório.

O que se percebe é que esses novos parceiros estão posicionados fora do contexto das estruturas estatais e do mercado financeiro, dentre os quais se destacam as Organizações Não Governamentais e de Sociedade Civil (ONGs; OSCIPs) e as organizações públicas internacionais, como as Nações Unidas, que “[...] visam à promoção dos países em desenvolvimento ou da semiperiferia caracterizados por elevadas taxas de pobreza e por um acesso inadequado e desigual aos serviços básicos com o concurso de recursos de países industrializados.” (LECHAT,

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

2009, p. 138).

Esses órgãos estão alinhados aos interesses dos atores coletivos que buscam práticas econômicas associadas à produção e serviços, à comercialização e troca e às finanças e consumo solidário, assim como ao movimento do comércio justo que se baseia nos princípios da autogestão, cooperação, justiça social, desenvolvimento sustentável e humano e da igualdade de gênero, raça e etnia. Sendo justamente esses pontos que ajudam a legitimar o pensamento descolonial, por tratar a economia de uma forma mais humana, tirando dela os pressupostos eurocêntricos e capitalistas que antes precediam qualquer relação de comércio, e dando a ela uma relação mais humana e de solidariedade, com a integração entre os povos.

Porém, nota-se que a presença da Economia Solidária nos países desenvolvidos também ocorre de forma muito atuante, podendo-se dizer que os países colonizadores, absorveram essa ideia para resolver alguns problemas sociais e de renda que assolam as suas sociedades. No atual contexto da crise salarial, em que a escassez de trabalho na sua forma mais tradicional ocorre em níveis alarmantes, aliada à migração de pessoas de países pobres para países ricos, e a consequente falta de vagas nas empresas e indústrias por excesso de pessoas desempregadas, gera a necessidade de buscar alternativas de trabalho, renda e serviços que assegurem melhores condições materiais de sobrevivência digna e decente àqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Na verdade, a economia alternativa, baseada na cooperação e solidariedade, teve uma fase de esquecimento muito grande, quando pouco se falava no assunto, voltando à tona devido aos problemas econômicos enfrentados, principalmente, pelos países em desenvolvimento, podendo-se dizer que surgiu novamente como uma das formas de atitudes que visam descolonizar o pensamento de sociedades dominadas. Nesse sentido, pode-se afirmar que na América do Sul, por muito tempo, a criação de empregos não agrícolas foi inferior ao crescimento da população urbana, criando assim certo nível de desemprego e gigantesca falta de recursos, o que demonstra uma falta de organização da sociedade para enfrentar problemas que foram trazidos a eles, e não criados pela sua própria evolução natural.

Diante dessa situação, a economia só consegue sobreviver com alarmantes níveis de informalidade que, na América Latina pode chegar a 35% da população ativa, muitas vezes sem defesa para aqueles que exercem atividades ligadas às estratégias de externalização das empresas capitalistas, algumas ilícitas e acompanhadas de violência extrema. Verifica-se, então, que essa economia alternativa deve ser estimulada, pois em momentos de crise e incertezas econômicas, tanto em países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, ela serve de válvula de escape para que a população possa continuar gerando renda e sustentando as suas necessidades (LAVILLE; GAIGER, 2009)



**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

.Ressalta-se que nesses períodos, e também em situações favoráveis, o auxílio aos pequenos produtores e associações que se encontram em situação de marginalização sempre fez parte da agenda política e social das Organizações Não Governamentais. Destaca-se que do ponto de vista dos benefícios econômicos, a procura por financiamentos populares alternativos, com a exclusão dos bancos tradicionais e seus financiamentos já estabelecidos, mostrou-se muito benéfico ao trabalhador, porque na maioria das vezes os contratos bancários são excessivamente onerosos. Isso ocasiona a desestruturação de grupos sociais que sobrevivem da economia alternativa, sendo, então, obrigados a recorrer a esses meios para a sobrevivência do seu negócio ou da própria família e dependentes.

Neste cenário, dois fatores de extrema importância surgem como mecanismos de apoio para auxiliar os produtores e associações que não encontram respaldo para seus empreendimentos no mercado financeiro e são, portanto, excluídos do sistema do capital, no qual predomina o individualismo, a competição e a constante concentração de riqueza. Estes fatores são as moedas sociais e os microcréditos, que são importantes ferramentas para uma luta de independência econômica dos países colonizados, pode-se falar que desses mecanismos o mais importante é o microcrédito, definido por Jean Louis Laville (2009, p. 31) como “Concebido para lutar contra a pobreza, e o seu sucesso rápido faz dele um instrumento simples que é apresentado como solução para as categorias desfavorecidas.”

A fragilização do modelo tradicional da relação de trabalho capitalista decorrente das mudanças estruturais, tanto de ordem econômica e social, quanto política, bem como a precarização dos contratos de trabalho e o crescimento da procura de alternativas informais para obtenção de renda, sem sombra de dúvida aumentam a massa de desempregados no país que deixam de usufruir seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência decente e a de seus familiares. Isso muito é um reflexo de um sistema baseado em diretrizes eurocêntricas que coloca as necessidades de grandes empresas, muitas vezes internacionais, sobre os interesses da população com menos recursos, que trabalham pra alimentar a maquina, e enriquecer uma pequena parte da população que domina os meios de produção.

Nessa perspectiva, Paul Singer (2002, p. 35) fala que

[..] o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na economia solidária encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação.

Então é nesse sentido que a economia solidária busca uma ligação entre as pessoas que não são detentoras do capital para que possam ter uma vida digna e de fato exercerem a sua cidadania por

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

meio da economia. Assim, tornando modelos de vida não usuais como objetos de estudo e fazendo ser possível que os mesmos sejam realmente viáveis em uma sociedade do consumo.

### **3 CONTRIBUIÇÕES DE UMA NOVA ECONOMIA PARA O FORTALECIMENTO DO PENSAMENTO DESCOLONIAL**

Pode-se falar então que na atualidade o surgimento de outra economia voltada à cooperação, solidariedade e autogestão, revela-se como uma nova dinâmica de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, ligados a luta do pensamento descolonial para uma nova ordem de organização nos países sul americanos. Nos últimos tempos a economia capitalista tem se mostrado perversa e excludente, pois quando adota de modelos eurocêtricos, deixa de lado a pluralidade de ideias e concepções, comprometendo as condições de vida de boa parte da população latino americana.

É importante destacar que com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), a Economia Solidária passou a fazer parte das discussões políticas, e ganhou força na esfera pública com a introdução da universalização de acesso aos direitos e a participação da sociedade. No entendimento da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2010, Maria Helena Carvalho Lopes (2011, p. 8),

[...] com enfática responsabilização do Estado na condução das políticas sociais, o que vai fomentar e exigir um novo modelo de gestão das políticas públicas, com o advento das conferências e conselhos de políticas públicas, financiamento público e planos setoriais, além da estruturação de sistemas públicos, a exemplo do SUS, SNE, SUAS, SISAN.

Desta forma, a Economia Solidária surge como um movimento social mundial e não apenas local, que possibilita a melhor inserção dos segmentos mais frágeis da sociedade no meio econômico, pois exige “[...] de seus integrantes, descartarem os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (LECHAT, 2009, p. 138) e assume a forma autogestionária e solidária de produzir, trabalhar e consumir.

Essa batalha encontra respaldo também em outros países da América Latina, que se encontram em posição bastante semelhante com a nossa realidade nacional, o que pode ser relacionado com as violações referentes a imposição cultural estrangeira, que aqui se impõe desde o início da colonização. Dessa forma uma nova perspectiva de economia, que é um fator bastante importante nas vidas dos cidadãos, se mostra como algo de vital importância para que a descolonialidade possa ser efetivada, demonstrando que existem possibilidades diversas ao modelo eurocêntrico capitalista no jeito de gerar renda e promover a manutenção da dignidade a grupos que não

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

conseguem adentrar na perspectiva tradicional de geração de renda.

Nesse sentido, o entendimento de Noëlle Marie Paule Lechat (2009, p. 47) vem ao encontro do exposto quando caracteriza a Economia Solidária

[...]como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado, [...] e organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações nas quais o laço social é valorizado por meio da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade.

Sobre esse aspecto então, a Economia Solidária se transforma em um projeto mais amplo, fundamentado na cultura da solidariedade, cooperação e partilha entre os sujeitos, alternativa que se opõe ao capitalismo e uma realidade que se impõe ao número cada vez maior de pessoas que sofrem com a imposição do capitalismo predatório. Dessa forma se demonstra que existem alternativas para a tradição hegemônica, e que isso deve ser discutido e apresentado, não podendo tornar o velho discurso como algo intocável, sendo necessário sim, a procura por novas formas de exercer as políticas na América Latina, baseada em suas próprias experiências.

Não se pode deixar de mencionar, contudo, que estão em jogo não apenas transformações culturais, econômicas e políticas, pois o pensamento descolonial é algo que engloba outros fatores da sociedade com a desconstrução dos valores tradicionais da atividade econômica capitalista, em cujas relações sociais e trabalhistas reina o individualismo e o autoritarismo. Com isso, reconhece-se que uma nova postura institucional, cultural, política e econômica deve ser incorporada à sociedade com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais e promover o fortalecimento das políticas públicas, visando à geração de trabalho decente e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Neste contexto, a ideia do pensamento descolonial, aliado a Economia Solidária tem se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e geradora de inclusão social, tendo-se constituído como um desafio aos movimentos sociais, às organizações sociais e aos governantes, na medida em que as mudanças precisam estar desfocadas da categoria emprego e orientadas por princípios de solidariedade, cooperação, ética, e autogestão dos trabalhadores, baseado em uma perspectiva latino americana.

A Economia Solidária, além de criar postos de trabalho e renda e viabilizar a emancipação dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos solidários, valoriza o trabalho cooperativo entre os cidadãos, ao aceitar a pluralidade de ideias entre os mesmos, revertendo a face antagônica e contraditória de sistemas baseados no modelo eurocentrico. Além disso, a relação entre as classes sociais e a exploração do trabalhador se faz imprescindível para provocar mudanças nos modos de enfrentar as múltiplas expressões da questão social que afetam milhares de pessoas na América Latina

Por outro lado, os empreendimentos de Economia Solidária precisam ficar atentos a um novo modelo de gestão, e ter clareza que o agir organizacional apresenta um diferencial do vivenciado no capitalismo. Precisam, portanto, desenvolver a capacidade de articulação com a sociedade e o

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

poder público, haja vista que segundo França Filho (2004, p. 2),

As experiências associativistas e cooperativistas, em geral, marcadas por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno, mas ao mesmo tempo abertas ao espaço público – isto é, voltadas para o enfrentamento de problemáticas públicas locais –, são alguns elementos que parecem constituir uma primeira característica central do fenômeno da economia solidária.

Isso está a indicar que atualmente novas formas de solidariedade estão emergindo, marcadas pelo caráter comunitário, o que sem dúvida é fortalecido pelo surgimento do novo constitucionalismo latino americano, que legitima discursos diversos aos encontrados de forma homogênea. Sem dúvida, a Economia Solidária é uma realidade que se impõe na América Latina, sendo um novo modelo de gestão que possibilita o enfrentamento de certas demandas e necessidades sociais que se configuram como problemas concretos que os governos não conseguem atender, mas que, como movimento social, encontram alternativas para promover mudanças.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho se buscou demonstrar um pouco do diálogo sobre o pensamento descolonial, fazendo um paralelo com o conceito de economia solidária, como uma forma de alternativa capitalista, e um dos fatores de legitimação do discurso contra o movimento colonizador. Isso permite um questionamento de todos os saberes já instituídos pelos grandes conceitos, já pacificados em países europeus, que simplesmente renegaram todos os conhecimentos panorâmicos.

Baseado no discurso dominante eurocêntrico, se criou uma grande linha de pensamento onde as pluralidades e peculiaridades da América Latina, foram sufocadas por discursos hegemônicos que ao serem transportados para essas realidades, vieram de forma pronta, sem qualquer possibilidade de adaptação dos seres que já eram dotados de sua própria cultura e singularidades. Visto isso, uma corrente recente, que ao questionar esses paradigmas, tratou de um tema bastante profundo, que é a questão da colonialidade de como as influências disso se dão em nossa sociedade, muitas vezes de forma bastante clara, e também, as vezes de forma completamente velada e subliminar.

Não se pode negar que as influências exercidas pelos colonizadores aos povos da América Latina, se dão de muitas formas, porém o pensamento descolonial vem para quebrar essa hegemonia e trazer uma nova luz a diversas questões sociais referentes a vários níveis da nossa sociedade. A luta e movimentos sociais tem um importante papel para que os conceitos possam ser revisitados, com maior participação da população interessada em mudar o discurso de dominação, que é bastante agressivo e já está enraizado em quase todos os âmbitos da sociedade.

Por fim, para fazer um paralelo com os temas trabalhados, podemos notar que existe uma grande influência do pensamento descolonial para a economia solidária, porém essa influência é recíproca e é exercida dos dois lados, quando se complementam com ideias de formas alternativas para achar soluções para antigos problemas ou conceitos ultrapassados. A existência de um novo constitucionalismo latino americano vem também como a forma de legitimar o discurso, ao apresentar algumas positivamente para questões descoloniais, colocando a cultura nativa como representante de uma constituição, que foi moldada muitas vezes pelas demandas de movimentos

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

sociais, que em uma perspectiva eurocêntrica nada teriam a acrescentar em uma constituição, mas que continuariam renegadas a periferia, e excluídas de qualquer direito real, e também ao seu acesso aos direitos humanos e sociais.

## REFERENCIAS

ALVES, Marina Vitória. **Neoconstitucionalismo e novo constitucionalismo latino-americano: características e distinções**. Rev. SJRJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34,

BRAGATO, F.F.; CASTILHO, N.M. 2014. **A importância do pós-colonialismo e dos estudos descoloniais na análise do novo constitucionalismo latino-americano**. In: E. BELLO; E.M. VAL (orgs.), O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano. Caxias do Sul, EDUCS.

DALMAU, Rubén Martínez. **Asembleas constituintes e o novo constitucionalismo em América Latina**. Tempo Exterior, n. 17, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape**, v. 2, n. 1. mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a04>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO Jr., Rudinei. Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 25, jun./dez. 2002. Disponível em: <[http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E2995A535C0/microcredito\\_financiamento\\_rural.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E2995A535C0/microcredito_financiamento_rural.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar. 2009, p. 7-47. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL\\_Laville\\_RCCS\\_84.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2018.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da**

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

**Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LOPES, Maria Helena Carvalho. Prefácio. In: SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson; PITAGUÁRI, Sinival Osório (Orgs.). **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas.** Londrina, PR: UEL, 2011.

MAIA, Daniel Henrique dos Santos; CATIN, Nayana Ferreira; BRAGA FILHO, Hélio. **As alternativas propostas pela Economia Solidária para o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e geração de renda.** 2006. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/alternativas\\_economia\\_solid\\_ria.pdf](http://base.socioeco.org/docs/alternativas_economia_solid_ria.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2018.

MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America.** Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

MIGNOLO, W. 2010. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires, Ediciones del Signo;

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pensar el Estado y la sociedade: desafios actuales.** Buenos Aires: Waldhuter, 2009.

SOUSA, Sydneia R.; RODRIGUES, Luciene; ABRANTES, Sidneia Maria Souza. **A Economia Solidária no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza: o papel do estado na criação de políticas públicas.** 2005. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9\\_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencias-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-obreza.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencias-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-obreza.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2018

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

QUIJANO, Aníbal. (1992). **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** En Heclio Bonilla (comp.). Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo.

\_\_\_\_\_. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** In: E. LANDER (comp.), La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em 13 ago.

Bioeconomia:  
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**SALÃO DO** UNIJUI 2019  
**CONHECIMENTO**

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica  
XXIV Jornada de Pesquisa  
XX Jornada de Extensão  
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

**Evento:** XXIV Jornada de Pesquisa

2018

\_\_\_\_\_. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.